

A emergência da maconha piauiense em estado de mercadoria lícita: economia, produção de conhecimento especializado e suas implicações político-morais

The emergence of Piauí marijuana as a legal commodity: economy, production of specialized knowledge and its political-moral implications

Celso de Brito

Doutor em Antropologia Social e professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí (DCieS/PPGAnt/UFPPI)

Resumo

Este artigo busca entender a emergente economia da maconha medicinal no estado do Piauí e suas implicações político-morais a partir da análise de duas instituições e de suas respectivas formas de produção de conhecimento especializado: uma empresa privada de tecnologia e uma associação. A metodologia adotada é qualitativa e segue os parâmetros da etnografia multissituada, com observações participantes e entrevistas semi-estruturadas realizadas junto à rede dos empreendedores do estado do Piauí.

Constatou-se que as duas instituições convergem na luta contra a política proibicionista, mas divergem em suas estratégias econômicas implicadas em posições político-morais. De um lado, a empresa privada instrumentaliza procedimentos tecnocientíficos fragmentários, isolando os componentes químicos da planta para inseri-los no mercado, orientada por uma posição político-moral também fragmentária através da qual o “mercado” é visto como instância apartada da “sociedade” e, assim, se exime de responsabilização pelo uso de estratégias econômicas excludentes. De outro lado, a associação reúne um apanhado de conhecimentos de naturezas distintas (ciência, experimentos caseiros e misticismo), de modo a conceber a planta da maconha em sua máxima integralidade, propondo uma economia implicada em uma posição político-moral holista, através da qual a cadeia de produção da maconha medicinal se harmoniza de forma sustentável com a natureza e promove inclusão e equiparação de desigualdades socioeconômicas.

Palavras-chave: Economia da Maconha; Maconha/cannabis medicinal; Conhecimento sobre maconha; Moralidade política da maconha; Experimentos caseiros; Mercadoria lícita.

Abstract

This article seeks to understand the emerging medical marijuana economy in the state of Piauí and its political-moral implications based on the analysis of two institutions and their respective forms of specialized knowledge production: a private technology company and an association. The methodology adopted is qualitative and follows the parameters of multi-sited ethnography, with participant observations and semi-structured interviews carried out with the network of entrepreneurs in the state of Piauí. It was found that the two institutions converge in the fight against prohibitionist policy but diverge in their strategies economic implications involved in political-moral positions. On the one hand, the private company implements fragmentary technoscientific procedures, isolating the chemical components of the plant to insert them into the market, guided by an also fragmentary political-moral position through which the “market” is seen as an instance separate from “society” and, therefore, exempts itself from responsibility for the use of exclusionary economic strategies; On the other hand, the association brings together a collection of knowledge of different natures (science, home experiments and mysticism) in order to conceive the marijuana plant in its maximum completeness, proposing an economy linked to a holistic political-moral position, through which the medical marijuana production chain harmonizes in a sustainable way with nature and promotes inclusion and equalization of socioeconomic inequalities.

Keywords: Marijuana Economy; Marijuana/medical cannabis; Knowledge about marijuana; Political morality of marijuana; Home experiments; Legal commodity.

Introdução

Somente a partir de 1932 a maconha¹ para uso medicinal no Brasil deixou de ser um mero produto herbáceo comercializado livremente e mergulhou num estado de mercadoria ilícita, permanecendo assim até 2015. Tanto em 1932 quanto em 2015, as mudanças no “estado de mercadoria” (APPADURAI, 2008) da maconha deveram-se a árduos processos de produção de conhecimento, fortemente marcados por juízos de valor. Em um primeiro momento, um racismo científico forjou a “malevolência” da planta em sua totalidade (SAAD, 2016, 2018) e, em um segundo momento, descobertas científicas associadas à “conversão de vítimas de uma doença para ‘ativistas-experts’” (OLIVEIRA, 2017, p. 199) regulamentaram apenas poucas propriedades, como o canabidiol (CBD) e alguns de seus usos, de modo que o CBD e o Delta-9-tetra-hidrocanabinol (THC) foram definidos moralmente como componentes antagonistas da maconha: o “mocinho” CBD e o “vilão” THC.

Desde então, a moralização dos componentes internos da planta povoou o universo político-econômico da maconha através de acusações mútuas entre “mocinhos românticos” das associações sem fins lucrativos e “vilões egoístas” das empresas farmacológicas, caracterizando um campo de disputa político-moral. Essa disputa se desdobra no campo da produção de conhecimento, em concepções abstratas e em experimentos que leem a planta e definem melhores modos de gerenciamento da cadeia produtiva de seus derivados na condição de “mercadoria”. É o entendimento das distintas formas nas quais convergem determinadas modalidades de produção de conhecimento, determinados posicionamentos políticos-morais e determinados regimes econômicos que este artigo visa a analisar. Algo que é pouco abordado na literatura especializada brasileira.

Em minhas primeiras interações em campo, quando ainda explicava meu projeto de pesquisa aos meus interlocutores, esperando que eles assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), duas falas me chamaram a atenção e acabaram por delinear o estudo aqui apresentado. A primeira delas foi de Adam²,

¹ Nos últimos anos, instaurou-se uma diferença semântica entre os termos “maconha” e “cannabis”: o primeiro, atrelado ao uso social/recreativo de uma droga, e o segundo, associado ao uso terapêutico de um remédio. Opto aqui pelo uso do termo “maconha” para ambos os usos, por acreditar que se trata da forma mais conhecida de se referir à planta no Brasil. Para mais informações sobre a relação de oposição entre esses diferentes usos, ver Azize e Silva (2015).

² Os interlocutores permitiram o uso de seus nomes reais: contudo, optei por usar nomes fictícios tanto para os interlocutores em si quanto para as instituições aqui apresentadas. Da mesma forma, preferi pelo anonimato dos autores dos “documentos nativos” analisados e citados. Para uma discussão sobre as implicações ética e política e o uso do anonimato na pesquisa, ver Fonseca (2010).

presidente fundador da *Empresa de Tecnologia em Maconha (ETM)*: “[...] talvez eu não possa te ajudar porque sou um homem de negócios e *isso não envolve juízo moral*, entende? Acho que você vai gostar de falar com Paracelso, da Associação” (ADAM); a segunda foi de *Paracelso*, responsável pela *Associação de Maconha Medicinal (AMM)*: “Eu atuo na militância há mais de 20 anos e nunca me vendi, *eu tenho moral* para atuar na associação [...] já fui preso e chamado de imoral pelos jornais, mas imoral é a lei proibicionista e racista” (PARACELSO).

Dumont (2000), Foucault (2008), Mauss (2003), Sahlins (1992) e Polanyi (2000) são alguns dos autores que fornecem pistas para o estabelecimento de relações entre regimes de troca e suas implicações político-morais. Eles discutem a formação da “economia política” e a *fragmentação* ideológica entre “mercado” e “sociedade” que dela decorre e referem-se ao papel imprescindível da Ciência Econômica Clássica como legitimadora desse processo. Segundo os princípios da Ciência Econômica Clássica, as ações do *Homo economicos* seriam meios de alcançar seus interesses/desejos nunca saciáveis, calculadas racionalmente de modo a maximizar ganhos e minimizar perdas. Mais do que apenas uma constatação, essa conduta utilitarista é tida como desejável, pois presume-se que o somatório das ações racionais motivadas por interesses individuais geraria, segundo essa vertente da Ciência Econômica, a produção de riqueza que, em longo prazo, beneficiaria espontaneamente toda a coletividade. Mas, como foi indicado, essa seria parte da “ideologia econômica ocidental” (DUMONT, 2000).

Estes princípios econômicos constituintes do liberalismo não estão totalmente presentes no neoliberalismo, mas proponho que o critério que induz os agentes econômicos a não se questionarem sobre quaisquer formas de distribuição justa da riqueza produzida seja um elemento de continuidade, que libera agentes econômicos neoliberais da responsabilização moral sobre questões sociais imediatamente decorrentes de suas ações, criando uma instância de ação *amoral*. Algumas análises permitem vislumbrar tal *amoralidade* da “economia de mercado” referente à exclusão de segmentos sociais subalternizados através do seu contraste com regimes de “troca não-mercantis” (POLANYI, 2000), “regimes antieconômicos” (MAUSS, 2003) ou mesmo “contra-mercantis”, algo como o que Thompson (1998) chamou de “economia moral”:

O adjetivo “moral” é um sinal que leva um polêmico afluxo de sangue às mentes acadêmicas. Nada deixou meus críticos mais zangados do que a ideia de que um amotinado pudesse ter agido de forma mais “moral” do que um discípulo do Dr. Adam Smith. Mas não era isso o que

eu queria dizer (qualquer que seja o julgamento aos olhos de Deus). Eu estava discriminando dois conjuntos diferentes de pressupostos, dois discursos distintos, e as evidências de diferenciação são abundantes [...] Poderia ter empregado, talvez, o termo “economia sociológica”, uma economia em seu significado original (*oeconomia*) como organização adequada de uma família, em que cada parte está relacionada ao todo e cada membro reconhece as suas várias obrigações e deveres. Isso, na verdade, é tão ou mais “político” do que “economia política” [...] (THOMPSON, 1998, p. 212).

Keane, Reinhart e Baumgarten (2022) demonstram a possibilidade de entender uma economia moral em seus elementos de conexão entre as partes e o todo, a partir de critérios religiosos (*religare*), uma vez que a finalidade última das ações econômicas dentro do que se entende por “economias morais” é justamente produzir a harmonização entre diferentes partes componentes de uma totalidade, social e/ou cosmológica, em uma espécie de economia holista.

Vemos que a bibliografia, que trata da produção de conhecimento atrelada à discussão econômico-político-moral, restringe-se ao conhecimento produzido pela Ciência Econômica liberal e neoliberal. Eu proponho que outros tipos de produção de conhecimento implicados economicamente sejam levados em conta: que tipo de conhecimento sobre a planta da maconha e seus componentes é produzido e mobilizado para a implementação de tal ou qual modelo de cadeia de produção do medicamento derivado?

Considero o quadro geral da abordagem aqui desenvolvida a partir do que Góngora (2017), que em seu estudo sobre os conflitos político-morais da maconha na Colômbia, chamou de “farmacopeia política”, o contexto no qual se articulam “[...] fronteiras imprecisas entre economia, moral, ciência e política que certos atores sociais produzem e reproduzem constantemente para justificar suas perspectivas sobre o controle dos sistemas de troca [...]” (GÓNGORA, 2017, p. 230, tradução nossa). A maconha, por sua vez, será aqui entendida como uma “coisa” possuidora de “vida social” (APPADURAI, 2008), cuja “biografia cultural” é marcada por entradas e saídas em “estado de mercadoria”, e como tal tem seu fluxo regulado política, legal e culturalmente (KOPYTOFF, 2008).

O artigo é dividido em três partes. Na primeira, apresento a metodologia da pesquisa. Na segunda, trato de dois momentos da vida social da maconha medicinal no Brasil, imprescindíveis para o entendimento de sua existência atual: a) início do século XX, quando o racismo científico contribuiu para defini-la como uma “doença

moral” para a sociedade e fundamentou a política proibicionista no país; e b) final do século XX e início do século XXI, quando descobertas científicas somadas aos agenciamentos dos “ativistas-experts” possibilitaram atribuição de juízos de valor distintos para cada um dos principais componentes internos da planta. Na terceira parte, descrevo as duas modalidades de produção de conhecimento desenvolvidas no Piauí e as implicações político-morais implícitas em suas propostas de gerenciamento da cadeia produtiva de maconha medicinal. Concluo que, se há alinhamento entre as duas propostas no que tange à crítica da política proibicionista considerada por ambas como *imoral*, há divergências político-morais subentendidas em suas formas de produzirem conhecimento especializado e nos entendimentos sobre os melhores modelos econômicos a serem implementados para o mercado vindouro. De um lado, uma proposta de livre-mercado sustentada por práticas de desenvolvimento tecnocientífico, prezando pela fragmentação e pelo isolamento dos componentes da planta e concebendo o lucro como seu fim último; de outro, a proposta de algo como uma tecnologia de envolvimento baseada em um apanhado de conhecimentos de naturezas distintas (ciência, experimentos caseiros e misticismo), que prima pelo uso integral da planta e concebe sua cadeia produtiva como forma de equiparação de desigualdades socioeconômicas.

Metodologia

A discussão e os resultados dispostos aqui são parte de uma pesquisa maior e ainda em andamento sobre “a emergência da maconha como mercadoria legal no estado do Piauí e seus diferentes regimes econômicos”. O recorte estabelecido neste artigo recai sobre dois desses regimes e seus protagonistas. Como metodologia, optei por acompanhar as mobilidades dos atores e as dos objetos por eles tratados, orientado pela “etnografia multissituada” (MARCUS, 1995), o que me possibilitou entender uma realidade marcada por grande fluidez e conectividade. Isso não significou que todos os locais frequentados pelos meus interlocutores durante o trabalho de campo foram tratados com o mesmo conjunto de procedimentos, como período de estadia e/ou intensidade de interação, pois, como indica Marcus (1995), a “etnografia multissituada” é o produto de bases de conhecimento de várias intensidades e qualidades. Assim, essa foi uma “etnografia estrategicamente multissituada” conduzida, não por constantes mudanças literais de locais, mas, sobretudo, a partir da consideração de que o objeto tratado é fruto de um contexto multissituado, já que existe de

forma imbricada em uma trama de relações e em um entrecruzamento de processos, práticas e circuitos.

Os dois protagonistas são: *Paracelso*, cuja motivação é declaradamente filantrópica, e *Adam*, cujo intuito é, declaradamente, a geração de lucro. Eu os acompanho desde janeiro de 2023, quando me deparei com a existência de coletivos independentes e com ramificações interestaduais, sobretudo entre Piauí e Ceará.

Dito isso, específico as condições do trabalho de campo. As observações participantes e as entrevistas semiestruturadas foram realizadas de formas distintas para cada um dos coletivos, dado que alguns dos meus interlocutores usam as mídias de modo cotidiano (Instagram, WhatsApp e videoconferências) e tal continuidade entre vida *on line* e *off line* se reflete também nas modalidades de interações do pesquisador durante trabalho de campo (MILLER; SLATER, 2004). Assim, algumas entrevistas se deram via Google Meet, e certos fatos descritos foram observados em grupos de WhatsApp. Foi possível acompanhar Paracelso em seus deslocamentos interestaduais e em seus afazeres (cultivos, colheita, manufatura e distribuição de medicamentos); já com Adam, pela especificidade de seu trabalho e menor necessidade de deslocamento, o acompanhamento ocorreu no interior da universidade e parte significativa dos dados analisados sobre sua atuação é documental, oriunda das pesquisas produzidas por ele e por sua equipe e generosamente cedidas para esta pesquisa.

Conhecimento sobre maconha no Brasil e a persistência da *imoralidade* da lei proibicionista

Como demonstram inúmeras análises (OLIVEIRA, F., 2016; OLIVEIRA, M., 2017; POLICARPO; VERÍSSIMO; FIGUEIREDO, 2017; CAMPOS, 2019; RODRIGUES; MOURÃO; LOPES, 2020; CAETANO, 2023), o pano de fundo do cenário atual sobre a maconha no Brasil são a política proibicionista implementada em 1932 e seu caráter racista, forjado a partir de enredos médico-científicos nas três primeiras décadas do século XX, por figuras que Becker (2008) denominaria de “empreendedores morais”. Tratou-se de uma “cruzada moral” justificada pelo paradigma evolucionista que legitimou políticas eugenistas, segundo as quais a população negra era a responsável pela “doença moral” que acometia a sociedade brasileira.

Médicos sanitaristas, agrônomos, políticos e juristas construíram conhecimentos científicos sobre a maconha sem de fato falar sobre a planta em si. O foco recaía

nas consequências sociais do consumo, atreladas ao risco de efeitos colaterais como loucura, vadiagem e devassidão e aos prejuízos que a planta da maconha, enquanto um elemento da cultura negra, causaria ao projeto civilizatório do país. Sujeitos como o político e médico baiano José Rodrigues Dória - contemporâneo do médico e antropólogo evolucionista Nina Rodrigues, ou Dr. Pernambuco - defendiam a ideia de que a maconha era parte do legado que os negros haviam deixado ao Brasil e que era mais prejudicial para o sujeito consumidor e para a própria sociedade do que o ópio (CARLINI, 2005; BRANDÃO, 2014; SAAD, 2018).

Apesar de ter sido trazida pelos portugueses nas velas e nas cordas das caravelas feitas a partir da fibra de *Cânhamo*, foi sobre a população afrodescendente negra que recaiu a pecha pela implantação clandestina da planta no país e, em seguida, pelo consumo imoral do “fumo de Angola” (SAAD, 2018; MACRAE; ALVES, 2016), através de uma associação imediata entre «pobre — preto — maconheiro — marginal — bandido» (MACRAE; SIMÕES, 2000, p. 20).

Assim, o moralismo que ronda o debate público da maconha está vinculado a uma questão histórica sobre a constituição das raças e das classes sociais no Brasil, que repercute até os dias atuais, fazendo com que a maioria dos pacientes de maconha medicinal que não possuem condições econômicas para acessar a tratamento seja formada por pessoas negras.

Eis a realidade que o conhecimento científico daquele período colaborou fortemente para instituir e manter: o nosso “racismo estrutural” (ALMEIDA, 2019), que desde então se manifesta perceptivelmente na perseguição, na repressão e no encarceramento seletivos de jovens negros, pobres e periféricos (COELHO, 2017).

Antes de 1932 e da associação de cunho racista entre a maconha, os hábitos dos negros e a doença moral, a planta se encontrava em “estado de mercadoria” (APPADURAI, 2008; KOPYTOFF, 2008) e era entendida como alternativa econômica promissora e meio eficaz de tratamento de algumas doenças. No século XIX, a Coroa Portuguesa incentivava o cultivo da planta em larga escala no Brasil, e a própria rainha Carlota Joaquina consumia efusão de maconha para aplacar suas dores. No final do século XIX e no início do século XX, encontravam-se propagandas no jornal *O Estado de S. Paulo* dos “cigarros índios”, produzidos pela Grimault e Cia., compostos de *Cannabis indica*, recomendados por médicos para insônia e doenças pulmonares (CARLINI, 2005; BRANDÃO, 2014; SAAD, 2018).

Na década de 1960, a maconha passou a ser consumida pela juventude da classe média como um símbolo de uma posição contestatória ao *status quo* (VELHO, 1998) e foi classificada como droga de mesmo grau de periculosidade da heroína na Convenção Única sobre Entorpecentes, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1961; contraditoriamente, vimos, nessa mesma década, uma nova fase da produção de conhecimento sobre a maconha, lançando as bases para o retorno de sua versão terapêutica ao “estado de mercadoria lícita”, que ocorreria apenas na segunda década do século XXI. Esse conhecimento refere-se às descobertas de Dr. Raphael Mechoulam, professor de Química Orgânica e Farmácia na Universidade Hebraica de Jerusalém entre 1963 e 1965 (ZUARDI, 2006; GÓNGORA, 2022), e de Elisaldo Carlini no Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

As descobertas desencadearam o mapeamento de muitos componentes químicos da maconha: os fitocanabinoides - sobretudo o CBD, o THC, o *Canabigerol* (CBG) e o *Canabidinol* (CBN) - e o Sistema Endocanabinoide, com os componentes análogos aos canabinoides, mas produzidos naturalmente pelo corpo humano, como a *Anandamina* (ANA). Conhecida como endocanabinoide, a ANA atua no mesmo receptor ao qual se liga a molécula do THC no corpo humano, o CB1. Nessa mesma esteira de estudos, identificou-se que a substância psicotrópica presente na *ayahuasca*³, a *Dimetiltriptamina* (DMT), corresponde à ação da serotonina no cérebro, ambas atuando no mesmo receptor, o 5-HT2A.

Oliveira (2017) mostra que essas novas descobertas científicas não foram suficientes para de fato abrir a “caixa-preta” da política proibicionista da maconha; para isso, foi necessário um processo de “conversão de vítimas de uma doença para ‘ativistas-experts’” (p. 199). O conceito de “expertise leiga” relacionado à atuação dos “ativistas-experts” foi cunhado por Epstein (1995) a partir do conhecimento produzido pelo movimento gay em torno do uso de medicamentos sem comprovação científica para o tratamento paliativo de pacientes acometidos pela Aids, nos EUA. Mais do que apenas a produção de uma forma de conhecimento empírico, com base em protocolos de pesquisa caseiros esses ativistas conquistaram legitimidade como “genuínos participantes na produção de conhecimento científico”(EPSTEIN, 1995, p.409,

³ A DMT é um composto presente nas folhas da chacrona (*Psychotria viridis*), que, unida ao cipó jagube ou mariri (*Banisteriopsis caapi*), constitui a bebida *ayahuasca*, utilizada em rituais religiosos do Santo Daime e da União do Vegetal.

tradução nossa), cuja consequência foi o marco legal do *Compassionate Use Act* ou “uso compassivo”, que permitiu o tratamento com medicamentos à base de maconha que ainda não havia sido cientificamente comprovados (POLICARPO, 2019).

Foi algo nesses termos que ocorreu no Brasil em 2014 com mães atípicas⁴ de classe média branca que atuaram como “ativistas-experts”⁵ e disseminaram essa forma de produção de conhecimento como uma prática dotada de relativa legitimidade científica em várias regiões do país, inclusive no Piauí, como veremos neste artigo.

Portanto, é a convergência desses diferentes atores, instituições e estratégias que fundamentam o debate atual sobre a mercantilização lícita da maconha medicinal, sobretudo do CBD. Registros sobre números de convulsões diárias, dosagem do extrato de medicamento de maconha e desmame de medicamentos alopáticos foram alguns dos elementos protocolares dessas novas produtoras de conhecimento. Essas mães mobilizaram políticos de carreira e levaram o debate ao Congresso, assim como às reuniões da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e conquistaram avanços políticos significativos. O filme *Illegal* relata essa história partir da atuação da família Fischer, a primeira a conseguir comprar licitamente maconha medicinal no século XXI no Brasil (AZIZE; SILVA, 2015).

Oliveira (2017) mapeia as “controvérsias” e as “redes sociotécnicas” (LATOUR, 2012) formadas por actantes humanos (cientistas, órgãos reguladores e ativistas) e não humanos (a maconha e os fitocanabinoides), que permearam essa dinâmica. Esse movimento reformulou o cenário jurídico da maconha através de uma nova moralidade, evidenciada inclusive no termo utilizado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) para permitir que os médicos brasileiros prescrevessem maconha medicinal⁶ não totalmente comprovada segundo critérios *standard* da ciência: “uso compassivo” (Resolução no 2.113/2014, do CFM). Se nesse novo “ciclo de atenção à maconha” (BRANDÃO, 2014) houve um “renascimento da maconha como remédio” (POLICARPO, 2019), houve também um renascimento dela como mercadoria lícita.

⁴ Mães que exercem suas maternidades “fora” do modelo sociocultural hegemônico, o que inclui abordagens educacionais, estilo de vida e relacionamentos ocasionados por necessidades específicas de seus filhos.

⁵ Atualmente essa militância se disseminou integrando pessoas negras, pobres e periféricas em torno de uma “maternagem política” (NELVO, 2019).

⁶ É importante registrar que todos naquele momento falavam em “cannabis medicinal”, desde a Resolução até os ativistas envolvidos no processo, em oposição ao uso estigmatizado da “maconha” (ver AZIZE; SILVA, 2015).

Na mesma esteira latouriana, Caetano (2023) atualizou a análise das controvérsias entre os “actantes”, realizada por Oliveira (2017), discutindo os diferentes estatutos com que a planta era definida em artigos científicos publicados entre 2014 e 2019 e suas implicações nas categorias de “risco”, “eficácia” e “segurança”, agenciadas pelos órgãos de controle do estado e por cientistas durante o processo de regulamentação. Seu trabalho nos atualiza apontando para o fato já mencionado por F. Oliveira (2016) e M. Oliveira (2017) sobre a separação dos componentes da maconha, que a “higienizou” parcialmente (parte da maconha é “droga”, parte é “medicamento”) através da defesa encampada por cientistas brasileiros na década de 1980, baseada no fato de que o CBD, mais do que não ser um componente psicotrópico, atuaria como antagonista à ação psicotrópica do THC: “O Canabidiol acaba se construindo como um ‘mocinho’, enquanto que o THC é descrito, na maioria das vezes, como um ‘vilão’” (OLIVEIRA, F., 2016 *apud* CAETANO, 2023, p. 121).

Em termos jurídicos, essa discussão manteve na nova RDC nº 762/2022 parte do que havia sido definido na Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 03/2015, atualizando as Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial da Portaria nº 344/1998, na qual o CBD segue na lista C1 (substâncias controladas), enquanto o THC continua na Lista F1 (substâncias proscritas/entorpecentes).

Foi esse mundo social, formado por cientistas, especialistas caseiros, ativistas e políticos de carreira, que possibilitou o retorno da maconha medicinal ao estado de mercadoria, marcado, inclusive, pela aprovação de leis estaduais e municipais que regulamentam a distribuição do medicamento à base de maconha pelo Estado, via Sistema Único de Saúde (SUS), o que permite vislumbrar a formação de um promissor e concorrido nicho de mercado nacional⁷.

A regulação vigente é a do Art. 74 da RDC nº 327/2019, da Anvisa, que determina que o produto de CBD que não se adequar aos critérios dispostos pela regulamentação, assim como as instituições que produzem e distribuem produtos de maconha sem seguir estratégias de pesquisa para comprovar a eficácia e a segurança de suas composições, terá suas autorizações sanitárias canceladas.

⁷ Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* (2023) 13 estados já possuem leis que regulamentam a distribuição de maconha medicinal pelo SUS e outros 11 possuem projetos de lei com o mesmo teor em tramitação.

As modalidades de produção de conhecimento sobre a maconha medicinal no Piauí

Recentemente, duas leis foram sancionadas no Piauí, uma no município de Teresina (Lei nº 5.916, de maio de 2023) e uma de abrangência estadual (Lei nº 8.085, de junho de 2023) - ambas sobre a regulamentação do cultivo de maconha para pesquisas, produção e distribuição medicinal da maconha, tanto por empresas quanto por associações, estabelecendo condições para firmarem convênios com SUS, gerando certa corrida pelo nicho que se vislumbra no mercado da maconha.

O cenário institucional da maconha medicinal no Piauí surgiu após o Governo do Estado promover o “Simpósio sobre o uso medicinal dos cannabinóides”, em 2017. Uma das consequências do Simpósio foi o anúncio, nunca efetivado, de um investimento de R\$ 1 milhão para pesquisas sobre maconha no estado. Adam (62 anos), filho de médicos e professores universitários, professor universitário, cultivador e estudioso do campo econômico da maconha há mais de 20 anos, reconheceu naquele momento o *timing* perfeito para o investimento em uma *Empresa de Tecnologia em Maconha (ETM)*. Assim como Paracelso (64 anos), agrônomo de formação, ex-professor universitário e ativista antiproibicionista há mais de 20 anos, percebeu uma oportunidade de desenvolver um projeto de medicamentos à base de maconha com legitimação moral perante a sociedade, caso conseguisse a parceria de mães atípicas em uma *Associação de Maconha Medicinal (AMM)*.

Paracelso e Adam eram amigos próximos e atuavam juntos no mundo da “cultura canábica” (VERÍSSIMO, 2017), realizando experiências genéticas e cultivando para uso próprio em suas casas, além de participarem de fóruns de debate virtuais do *GrowRoom*⁸. Foi nesse ambiente que Adam e Paracelso acessaram as primeiras informações sobre métodos de extração de CBD adaptados da já conhecida técnica de extração de THC. Ambos eram aliados e correligionários do movimento antiproibicionista. Em 2013, alcançaram certo reconhecimento

⁸ O Portal GrowRoom, assim como o CannabisCafé, era um site onde ativistas canábicos encontravam-se anonimamente para trocar técnicas de cultivo de maconha no início dos anos 2000, parte do que Costa Júnior (2013) chamou de “canabiosfera”. Foi desse ambiente virtual que “[...] um grupo de cultivadores resolve “sair do armário” e realizar encontros presenciais. Esse é o embrião do que depois ficou conhecido como “Rede Compromisso”, uma rede de cultivadores ativistas que produz e distribui o óleo gratuitamente” (POLICARPO, 2019, p. 47). Ver também Figueiredo; Policarpo; Veríssimo (2018).

nacional no interior do movimento ao competirem na 2a Copa da Maconha do Rio de Janeiro, promovida pela revista *Haze-Brasil*, e conquistaram dois prêmios: o 1º lugar na categoria geral, com a cepa *Chocoloop*, e o 1º lugar na categoria Rock Bud, com a cepa *Jack Herer*.

Apesar dessa proximidade e do alinhamento político referente ao antiproibicionismo, havia certa divergência latente entre ambos: Adam com sua perspectiva “racionalista”, que se desdobrará em uma atuação fragmentária tanto em termos científicos quanto em termos econômicos, e Paracelso com sua perspectiva “encantada” pelo misticismo, que se desdobrará em uma atuação totalizante em termos de produção de conhecimento e regime de troca. Foi a emergência da economia da maconha medicinal, a partir de 2014, que acirrou tais divergências político-morais e consolidou a separação entre eles. A seguir, veremos como tal divergência se refletiu em duas formas distintas de produção e reprodução de conhecimentos especializados em maconha no estado do Piauí.

O conhecimento fragmentário da Empresa de Tecnologia em Maconha (ETM)

Adam é doutor em Administração, mestre em Gestão Empresarial, especialista em Gestão Empresarial, graduado em Administração em Negócios e professor universitário. Trabalhou como coordenador de projetos e de representação comercial entre Brasil e América Latina e é sócio-fundador da ETM. Um currículo que o torna, em suas próprias palavras, um “*player*” promissor no mercado de maconha que se vislumbra no Brasil. Ele decidiu se dedicar à pesquisa sobre maconha em 1996, quando fazia sua graduação nos EUA, período em que algumas cidades desse país iniciavam regulamentações sobre práticas de cultivo de maconha. Quando retornou ao Brasil, em 2002, passou a estudar material sobre manipulação genética e logística no mercado da maconha. A notícia sobre o investimento de R\$ 1 milhão que o Governo do Estado do Piauí destinaria para pesquisas sobre maconha medicinal fez com que ele mobilizasse seus conhecidos e empresários da maconha, que frequentavam Barra Grande, praia do litoral piauiense conhecida por ser um destino turístico para estrangeiros ricos, praticantes de *kitesurf*. Adam diz ter sentido o *timing perfeito* para um empreendimento econômico de sucesso, reuniu essas pessoas e propôs a formação da empresa que, hoje, mantém relações de

colaboração mútua com cinco associações canábicas⁹, realizando pesquisas e oferecendo assessoria técnica, como veremos a seguir.

A leitura economicista do posicionamento político das associações

Em 2020, Adam publicou¹⁰, em coautoria com pesquisadores de uma renomada universidade do Nordeste brasileiro e Robert (cultivador da Associação-CE, localizada em Fortaleza), o artigo “A favor do efeito comitiva e o discurso contra os canabinoides sintéticos: importância dos equipamentos de extração canábica”. Nele, os autores dizem:

Depois de entrar em campo junto à primeira associação de Cannabis, várias declarações ficaram evidentes. Frases como “Nós odiamos a indústria” ou “Cannabis sintéticas são ruins” são comuns nos grupos virtuais das Associações Brasileiras de Cannabis (CBA). Um problema de pesquisa foi criado para identificar a origem desse descontentamento com a indústria (ETM).

No artigo, os autores interpretam as narrativas políticas das associações, sobretudo as contrárias aos métodos industriais, como decorrentes da falta de verba para investimentos em equipamentos de aferição. Trata-se de uma leitura realizada por uma “grade de inteligibilidade economicista” (FOUCAULT, 2008), através da qual se atribuem cálculos utilitaristas às ações políticas das associações.

O fundador de uma das associações parceiras da ETM, Robert, entende, de fato, a sua Associação-CE como um promissor investimento financeiro¹¹ e diz ser necessário obter equipamentos de tecnologia para o seu trabalho, ao qual vincula uma mudança moral de sua própria imagem:

A Associação-CE é o sonho da minha vida, investi um apartamento de quatro quartos na beira da praia, um terreno, um restaurante... Irmão, há 30 anos eu sou visto como bandido, marginal, inimigo da sociedade. Hoje eu beneficio 10 mil famílias [...], minha vida mudou com a maconha. Irmão, eu vi uma reportagem no Fantástico, que o CEO [Chief Executive Officer] da Microsoft largou e investiu na cannabis, e foi a sacada da vida (ROBERT).

⁹ Das cinco, duas são do Ceará, uma de Santa Catarina e duas do Piauí. Adam faz parte da diretoria dessas duas associações do Piauí que, diferentemente da AMM que atua desde 2017, foram formadas em 2023 e ainda não atendem pacientes nem prestam qualquer serviço.

¹⁰ Parte do material da ETM aqui citado foi publicado em anais de congressos: um artigo na área de Biomedicina; dois resumos expandidos (um na área de Economia, outro na de Farmacologia); um artigo manuscrito não publicado; *lives* e *podcasts*. Nenhum constará nas referências para manter o anonimato dos autores.

¹¹ Campos (2019) entende dois modelos distintos de associações: um como organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos, e outro como empresa que visa à lucratividade.

Com essa constatação, a ETM decide doar o equipamento para associações colaboradoras alinhadas aos princípios ideológicos da empresa, como a Associação-CE, contanto que, em contrapartida, testem adubos em seus cultivos e forneçam amostras das plantas para serem analisadas por Adam.

O Kit de Cromatografia de Camada Delgada (CCD) e a produção de imagem

Após a conclusão de que o discurso político das associações são tentativas de justificar seus métodos mais rudimentares, fruto da impossibilidade financeira de adquirir tecnologia de ponta, a ETM se propõe a atuar como *holding* de uma empresa sediada na República Tcheca, produtora de tecnologia de mensuração química portátil. Adam participou de uma formação nessa empresa e atualmente fornece assessoria e o próprio equipamento portátil de aferição de fitocanabinoides para seus clientes e colaboradores.

A Associação-CE busca uma boa posição no mercado nacional e, para isso, precisa adequar suas mercadorias às normativas. Porém, em outro estudo da própria ETM - "Pesquisa genética em mercados não regulamentados: redes de laboratórios virtuais pesquisando a maconha brasileira" - ao comparar os resultados do CCD com os resultados produzidos por equipamentos mais acurados, como o de *Cromatografia Líquida de Alta Eficiência (HPLC)*, constatou-se que o kit de CCD tcheco produz um desvio padrão próximo a 1%, o que inviabiliza o seu uso para seguir as normativas que exigem o isolamento do THC, de modo que contenha no máximo 0,3% de THC na composição final. Adam desenvolveu uma técnica usando fotos de alta qualidade da amostra para ampliar e comparar com a régua de referência, e assim chegou a um desvio de 0,5%. "Não é o ideal, mas é um resultado interessante pelo preço de R\$ 50 por teste", diz Adam.

Perguntei o que os colaboradores dele achavam dessa limitação, já que não seria possível adequar a mercadoria à normativa vigente e ele respondeu: "Não é o ideal, mas é eficaz. O importante para eles é menos adaptar o produto do que mostrar pro mercado que estão buscando isso. Ter uma empresa de tecnologia como parceira no site deles agraga valor ao produto da associação, entendeu? É imagem" (ADAM).

Na busca por diamantes, muitas pedras menos preciosas são encontradas: os desafios da estabilização genética de espécies nativas

O THC é uma substância que se desenvolve como um tipo de proteção da planta contra o calor, de modo que, em ambientes quentes e ensolarados, dificilmente há maconha rica em CBD. Para isso, é necessário importar sementes com cepas específicas. O problema maior dessas cepas importadas é que elas não são genéticas estabilizadas, ou seja, elas não estão totalmente adequadas ao regime de luz e temperatura nordestino, e para cultivá-la, é necessário investir em equipamentos de luz artificial e ventilação e em estufas para cultivo *indoor*.

Um dos objetivos das pesquisas da ETM reconhecido como dos mais difíceis é encontrar cepas nativas, portanto estabilizadas, que sejam ricas em CBD, ou estabilizar cepas importadas e baratear o custo do cultivo. A pesquisa de Adam junto à Associação-CE tem esse objetivo a partir de estudos com as cepas nativas Rabo de Raposa, Manga Rosa e Alecrim, mas todas são ricas em THC. Quando eu pergunto sobre o fato de buscar CBD em plantas ricas em THC, ele responde:

Na busca pelo diamante, muitas pedras menos preciosas são encontradas. Essa Manga Rosa, eu quero é patenteiar pra isolar o THC, e, depois de tudo mapeado, a ideia é montar um banco de patrimônio genético da maconha no Brasil. Quando o consumo recreativo for liberado, e também estou batalhando pra isso, essas cepas serão muito lucrativas (ADAM).

Nanotecnologia e adubos alternativos

Adam conta que, durante conversa com um de seus amigos, representante de uma empresa norte-americana especializada em sementes, adubos e fertilizantes de maconha, descobriu um dos grandes nichos de mercado na economia da maconha.

Com base nos números de importações de produtos especializados para o cultivo da planta no Brasil, Adam estima que haja, atualmente, cerca de 100 mil cultivadores no país. O custo com adubo e fertilizante especializados para o cultivo de uma planta da semente até a flor para consumo custa em média R\$ 200 por intervalo de quatro meses. Ele estima que, no mercado que está chegando, cada cultivador terá o mínimo de dez plantas — ou seja, dos 100 mil cultivadores, multiplica-se por R\$ 2 mil. Apesar de excluir muitas variáveis, esse cálculo quantifica a motivação de Adam, projetando um mercado de adubos e fertilizantes de R\$ 600 milhões/ano. Conclusão: “Hoje eu entendo que é muito mais lucrativo investir em adubo e fertilizante do que no cultivo da maconha, ainda mais se tivermos matéria-prima diferenciada aqui, no próprio estado, como acho que temos” (ADAM).

Às pesquisas já iniciadas, Adam acrescenta uma nova variável - inserindo a *arbolina*, um biofertilizante com base em nanomoléculas de carbono, que aumenta a taxa de transmissão de nutrientes dentro da planta. É um produto já consolidado no agronegócio da soja e do milho, e agora, com a participação das associações colaboradoras, a ETM o testou na cultura de maconha, obtendo resultados positivos e publicados em um resumo de anais de congresso sob o título “Teste toxicológico da Associação-CE determinando níveis de THC para tratamento de arbolina”. Resultado: aumento de 30% no crescimento da planta e acréscimo de 5,35% nos níveis de THC. Com isso, Adam diz ter conseguido um contrato entre a empresa produtora da arbolina e uma empresa norte-americana de cultivo de maconha. Dentro do mesmo projeto, a ETM se dedica a investigar duas algas nativas do litoral piauiense: a *Kappaphycus* (com 18% de potássio em sua composição) e a *Lithothamnium* (com 30% de cálcio), além do resíduo orgânico das palmeiras piauienses *Copernicia pru-nifera* (carnaúba) e *Attalea speciosa* (coco-babaçu).

Uma das grandes apostas de Adam é o agronegócio da maconha no Piauí, sobretudo por conta das condições ambientais do estado. Ele diz já estar mobilizando parcerias para implementar o plantio em larga escala. Segundo ele, o fato de haver inúmeros investimentos em agronegócio na região do MATOPIBA¹² justifica a sua conduta.

Aqui há um período de quatro ou cinco meses sem chuva e com baixa umidade, o que favorece a produção de flores; no ano inteiro temos um período de fotoluminescência de 12 horas de luz e 12 horas de escuridão, é perfeito! É um local onde há possibilidade de produzir em grande quantidade com custo barato. Além disso é riquíssimo em água. É seco, mas a água tá lá. O segundo maior lençol freático do mundo, a não ser o aquífero de Ogallala, que fica nos Estados Unidos, tá aqui no Piauí. É fundo, mas existe! É por isso que tem muita soja no Piauí, no sul do Piauí. E temos força de trabalho porque durante muito tempo a parte sul do estado foi populada por cannabis, por muitos anos [...]. Essa riqueza que nós temos, no nosso entender, vai transformar o Piauí, quando isso for possível, provavelmente no estado com maior produção (ADAM).

¹² A região faz parte do MATOPIBA, uma área de expansão do agronegócio desde a década de 1980, localizada no bioma do cerrado, que abrange parte dos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia. Essa região é amplamente ocupada por pessoas das etnias Gamela e Akroá Gamella, além de quilombolas, quebradeiras de coco-babaçu e ribeirinhos. Para uma discussão sobre o impacto do agronegócio para nessas comunidades e suas estratégias de resistência, ver Lima e Nascimento (2022).

Com vistas à implementação desse projeto, Adam dedica seu tempo às atividades de seu Núcleo de Pesquisa Agrocann (Agronegócios e Cannabis), que coordena na universidade, mas afirma que "a cartada final dependerá de sua migração para outra área de conhecimento, a Biomedicina" (ADAM).

Da Administração à Biomedicina e busca pelo saber-poder

Ao produzir conhecimento sobre a maconha, Adam, mais do que entrando em um mercado, está contribuindo para a criação desse mercado e, obviamente, forjando uma boa posição para si. Adam constatou que ter voz política é imprescindível em seu projeto e que, no seu caso, o *status* de pesquisador e professor universitário tem ajudado para isso. E mais, diz ter percebido que o discurso científico que impacta e gera transformações políticas é aquele atrelado à área biomédica, por isso não se dedica inteiramente a pesquisas em sua área de especialização (Administração e Economia), mas também com parceiros da Farmácia e da Química, de onde extrai a legitimidade necessária para participar das decisões políticas do estado.

A partir dessa percepção, Adam entendeu que o melhor caminho para alcançar seus objetivos é migrar para a Biomedicina:

O ambiente científico é o que me permite preparar o terreno pros meus negócios... eu não quero ganhar dinheiro agora, eu quero fazer pesquisa! Por quê? Porque sei que preciso ter acesso político para participar das elaborações jurídicas e liberar esse mercado... eu participei muito na elaboração das leis do estado desde o começo, e tudo isso é porque sou professor da universidade. Percebi que tem coisas que o status da Administração não alcança, mas minhas parcerias com o pessoal da Farmácia, por exemplo, alcançam. Então, agora meu projeto é fazer a transição de áreas de conhecimento. Vou me matricular na graduação e nos próximos cinco anos eu tenho que estar na área da Biomedicina, usando meu próprio laboratório (ADAM).

Creio ser possível dizer que Adam reconhece mais do que um "regime de verdade" (FOUCAULT, 2010) vigente, a relação intrínseca entre o saber biomédico e o poder de intervir jurídica e politicamente no andamento dos fatos para se tornar um "player bem posicionado" (ADAM).

Em meio à elaboração de conhecimento científico sobre a maconha, pautado na alta fragmentação de componentes químicos presentes em toda a cadeia de

produção e em usos específicos de suas particularidades, Adam agencia sua participação em uma rede de produção científica (congressos, laboratórios e equipamentos) para assumir uma posição de legitimidade (a voz de um pesquisador especialista) e assim influenciar, política e juridicamente, na criação do mercado da maconha medicinal no estado. Nesse projeto, nenhuma ou pouca consideração há sobre as condições de acesso à maconha medicinal por consumidores finais ou sobre suas diferentes condições econômico-sociais que tornam o produto final dessa cadeia produtiva inacessível para grande parte da população. O que está em jogo, desde a ciência, a política e o jurídico, é a determinação dos *meios* mais eficazes e baratos para alcançar o *fim* desejado: lucratividade.

O conhecimento holista da Associação de Maconha Medicinal (AMM)

A associação formada por Paracelso tem em seu quadro-diretor médicos, advogados, mães atípicas, ativistas antiproibicionistas, militantes do Encontro Nacional de Movimentos Alternativos (ENMA) e adeptos de misticismo Nova Era e de religiões que utilizam a *ayahuasca* (sobretudo o Santo Daime). Uma de suas características relevantes é a crítica à indústria da maconha e à conivência do Estado para com ela. A associação atua na ideia da “desobediência civil”, sem registro oficial, acreditando marcar assim sua oposição à *imoralidade* da lei, instituída na forma da política proibicionista. Parte de suas ações políticas gira em torno da “Marcha da Maconha” (LANÇAS, 2013): Paracelso participou da organização das primeiras versões de Teresina desde 2012, e sua última edição, ocorrida em 13 de maio de 2023, foi organizada por um advogado atual parceiro de Paracelso e membro da AMM.

Os diretores mais ativos da AMM são daimistas/místicos, como o supracitado advogado (34 anos), um dos médicos (53 anos), o cultivador Henry (39 anos), além do próprio Paracelso, o presidente.

A peculiaridade dos atores mais ativos no misticismo faz com que se atribuam à maconha significados atravessados por múltiplas referências: políticas, científicas e sobretudo místicas. Paracelso é tido como um Mestre detentor de conhecimentos que transcendem aqueles obtidos durante os anos em que cursou a faculdade de Agronomia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - inclusive ele próprio se entende como um especialista em antropologia agnóstica, tendo feito muitos cursos sobre gnose e misticismo.

A adubação e a sinergia entre plantas sagradas

A seleção de sementes referentes a cepas específicas de maconha já acontecia antes da produção da maconha medicinal e deveu-se a um grupo de ativistas que se reunia no chamado “enmannabis”, um sub-evento organizado dentro do ENMA desde a década de 1990. Desde então, ativistas-cultivadores se reúnem anualmente em torno de duas discussões: misticismo e genética de maconha. Nesta última, a ideia é trocar conhecimentos sobre cultivo e sementes oriundas das melhores produções dos membros do coletivo.

Foi nesses eventos anuais do Movimento Alternativo que Paracelso conheceu Henry, atual cultivador e fornecedor de substrato de maconha para a AMM. Henry é de uma geração mais nova do ENMA, filho de uma das ativistas da geração de Paracelso, e acompanha o Movimento Alternativo desde que nasceu. Foi um dos primeiros discípulos de Paracelso e, assim como este, é ativista antiproibicionista e cultivador há 20 anos. Quando fui apresentado ao Henry, ele estava descansando numa rede, sujo do trabalho rural e lendo *Desobediência civil*, de Thoreau. Perguntei o que ele estava achando do livro, e ele respondeu: “Cara, eu acho incrível porque o nosso trabalho sempre foi assim, na desobediência civil, questionando aquilo que a sociedade hipócrita acha que é correto! Isso que a lei diz que é certo foi construído é na base da violência que deu nessa guerra às drogas aí [...]” (HENRY).

Henry morou algum tempo na comunidade Mapiá, na Amazônia, onde a religião do Santo Daime se originou. Atualmente, mantém um sítio no Ceará, local em que mora com a companheira e três filhos e cultiva, em meio a árvores e diversas espécies de plantas, jagube e chacrona, com os quais produz ayahuasca para os rituais de Daime, assim como maconha. Nesse sítio, recebe e orienta espiritualmente muitos daimistas que o visitam com esse propósito. Henry é portador de uma condição óssea (alterações osteoarticulares) adquirida após um acidente de trabalho, para a qual a maconha medicinal em alta dosagem de THC (20%) é utilizada com sucesso – ele possui um *habeas corpus*¹³ para plantar e elaborar seu próprio medicamento.

¹³ Normalmente, os HCs determinam todas as condições do autocultivo. No caso de Henry não há especificações sobre a extensão do plantio, o que o faz sentir-se seguro para produzir o suficiente para si e para a AMM. Trata-se de uma posição político-moral explícita de “desobediência civil” a partir de uma dupla subversão: (1) Desobedece para acessar a proteção legal da salvaguarda e, uma vez conquistada, (2) desobedece novamente mediante uma interpretação pessoal ao produzir em grande quantidade e fornecer para terceiros.

A vertente do Santo Daime proveniente de Padrinho Sebastião, na qual Henry se insere, entende a maconha como planta sagrada e a consagra pelo nome de *Santa Maria* (ROCHA, 2016). Assim, a *ayahuasca* e a *Santa Maria* (maconha) compartilham, sob a chave do conhecimento místico, o mesmo estatuto de substâncias medicinais sagradas.

Para Paracelso e Henry, a planta da maconha está no mundo antes de o homem ter surgido, de modo que a constituição do homem deve algo à própria constituição da planta. Meus interlocutores agenciam as descobertas da ciência biomédica relativas ao Sistema Endocanabinoide para legitimar seus argumentos, numa convergência entre conhecimento científico e conhecimento místico. Logo após o trabalho de adubação de um novo plantio de maconha, Henry me contou que para ele

[...] a maconha é tão sagrada quanto o corpo humano, os dois funcionam como sistemas, cada um no seu sistema, mas os dois juntos também são como partes de um único sistema, entendeu? Nada no mundo funciona bem de forma isolada. O coração é um ótimo órgão, mas é ótimo só se atuar com o pulmão... Olha só o que a ciência descobriu sobre o Sistema Endocanabinoide?! Somos parecidos! A maconha já está feita e perfeita como é. É uma planta santa (HENRY).

Henry mantém espaços específicos para o *feitio* (produção): fornos e equipamentos para o preparo da *ayahuasca* e um pequeno laboratório caseiro para a elaboração da maconha medicinal. Paracelso trabalha no local apenas uma ou duas semanas a cada três ou quatro meses, e foi numa dessas estadas que conheci o local. O cultivo é mantido a partir de princípios agroecológicos, desde a disposição espacial das plantas no campo - de acordo com suas espécies e as fases de desenvolvimento, que requerem regimes de luz, ventilação e irrigação específicos até a elaboração dos substratos (adubos e fertilizantes) utilizados na terra. Mas, apesar de me passar medidas em porcentagem durante as entrevistas, nunca vi controle com equipamentos de pesagem ou qualquer outro método que não seja o sopesar, que se trata de um procedimento "sensorial" (GÓNGORA, 2022, p. 282).

Nos adubos, além dos ingredientes usuais supostamente dispostos em porcentagem - vermiculita (5%), cinza (5%) e esterco (30%) -, a maior parte (60%) é resíduo orgânico formado por jagube e chacrona cozidos para o feitio da *ayahuasca* nas semanas anteriores e separados para essa finalidade. Haveria nesse procedimento uma sinergia entre as plantas sagradas. Tal conhecimento, aliás, se fortaleceu ainda

mais com as discussões mobilizadas por Henry sobre o DMT e sua presença no corpo humano. Mais uma vez, a ciência é utilizada para legitimar o conhecimento holístico do misticismo.

As expertise leiga da AMM: da manufatura até a posologia do medicamento

No início da manufatura do medicamento, a técnica consistia em destilar os componentes da planta em álcool, mas logo este foi percebido como um produto pouco eficaz, porque os canabinoides são lipossolúveis, além de parecer a Paracelso algo tóxico para consumo humano. Passou-se a experimentar a glicerina, mas da mesma forma foi considerada um produto muito químico; buscava-se um veículo simples como a maconha. Chegou-se, assim, ao óleo de coco.

Entretanto, a expansão do alcance do coletivo (para além de Piauí e Ceará) fez com que o medicamento fosse enviado para o Sudeste, e constatou-se que no inverno o óleo de coco endurece. Igualmente, alguns clientes que usavam a maconha medicinal para insônia ou ansiedade e não a administravam cotidianamente também reclamaram que, quando a guardavam na geladeira, ela endurecia. Esses fatos fizeram com que Paracelso adotasse o óleo de milho, que não endurece em baixas temperaturas.

Essa versão foi amplamente utilizada, mas alguns pacientes julgavam o óleo de milho pouco puro. Paracelso respondeu aumentar a qualidade de seu medicamento e passou a *cozinhar* o medicamento com metade de óleo de coco extravirgem, o TCM (triglicerídeos de cadeia média) - bom, porém caro (cerca de R\$ 500 o litro) - e metade de óleo de milho.

Durante uma fase de seus experimentos (anterior à parceria com Henry), Paracelso foi preso por dois meses, acusado de cultivo ilícito de maconha, mesmo sem ter sido apreendido com nada mais do que alguns frascos de plástico e rótulos do medicamento para o envasamento da mercadoria. Após esse episódio, tornou-se mais cuidadoso e deixou de cultivar em sua casa, como costumava fazer. A escassez de matéria-prima fez com que utilizasse refugos a serem descartados por outros cultivadores, que passaram a doar esse material para ele: "Eu comecei a usar as folhas e talos e restos de flores, colocava tudo pra secar e cozinhava. Eu pegava os trini¹⁴.

¹⁴ Pedaços de folhas que circundam as flores e que são retirados quando se separam as flores bonitas do resto da planta para o seu consumo inalado.

Comecei a perceber que os canabinóides não estavam apenas nas flores, mas na planta inteira" (PARACELSO).

Nesse período, já havia muitas mães que tratavam seus filhos com o medicamento produzido por Paracelso em Teresina - algumas delas já contribuíam financeiramente outras não - quando um médico neuropediatra da cidade, Dr. GB, passou a acompanhar algumas dessas crianças e a constatar resultados positivos do produto feito a partir desse método. Iniciou-se um processo de dosagem e de experimentos acompanhados pelo médico.

RM (18 anos) foi um dos pacientes acompanhados naquele período. Ele sofre de autismo severo e deficiência intelectual, apresentando episódios violentos. Antes de medicá-lo com maconha medicinal, sua mãe conta que passou anos experimentando dosagens cada vez mais altas de antipsicóticos: "Primeiro tentei Neuleptil¹⁵, depois o Epileptil¹⁶, nenhum resultado. Depois de três anos, tentei Risperidona¹⁷, esse foi o único que deu resultado, mas foi só poucas vezes, depois tive que usar também o Paroxetina¹⁸, e por último veio o Denyl¹⁹".

Quando o neuropediatra propôs à mãe de RM o tratamento com CBD, ela resolveu tentar uma versão importada, mas usou apenas um frasco durante menos de um mês e não sentiu diferença. O tratamento pesou no seu orçamento e considerando o resultado, desistiu. Então foi indicada por uma amiga ao Paracelso, e após dois frascos (dois meses completos) começou o desmame dos remédios alopatícos:

Primeiro saiu as 75 mg de Paroxetina, depois saiu as 50 mg de Denyl, aí ficou só o Risperidona, mas de lá pra cá foi só diminuindo as mg. Tentei tirar duas vezes o Risperidona, mas não consegui. Aí, quando o Dr. Rodrigo [de Minas Gerais, ver QUINTELA, 2023] passou por Teresina, ele disse pra tentar mexer na porcentagem e tentar tirar... porque meu filho estava doente, todo inchado... O Risperidona acaba com a pessoa... agora eu consegui tirar o Risperidona com o 3% de CBD (MÃE DE RM).

¹⁵ "Destinado ao tratamento de distúrbios do comportamento [...]" . Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/q/?nomeProduto=neuleptil>. Acesso em: 13 jul. 2023.

¹⁶ "Indicado para tratar crises epilépticas e espasmos infantis [...] (Síndrome de West) [...]" . Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/q/?nomeProduto=Epileptil>. Acesso em: 13 jul. 2023.

¹⁷ "Usado para tratar as assim chamadas psicoses [...] (por exemplo, esquizofrenia)" . Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/q/?nomeProduto=Risperidona>. Acesso em: 13 jul. 2023.

¹⁸ "Indicado para transtorno depressivo maior [...] (mesmo que, anteriormente, outros antidepressivos não tenham sido eficazes); comportamento obsessivo ou compulsivo (incontrolado) [...]" . Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/q/?numeroRegistro=123520102>. Acesso em: 13 jul. 2023.

¹⁹ "Indicado para tratar a depressão e, após a melhora, para prevenir a recorrência dos sintomas associados a essa doença [...]" . Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/q/?nomeProduto=Denyl>. Acesso em: 13 jul. 2023.

Outro caso tratado pela maconha medicinal artesanal de Paracelso, mediado pelo mesmo neuropediatra de Teresina, foi o de IS (6 anos). Diagnosticado com Síndrome de West, sofria 19 crises epilépticas por dia. A mãe de IS começou a usar o medicamento da associação de um estado vizinho, mas as crises persistiram, sobretudo porque o remédio demorava a chegar em razão de uma lista de espera, tamanha era a procura por essa associação. Em 2018, passou a tratar seu filho com o medicamento produzido em Teresina, e IS apresentou uma melhora significativa. Assim, como a mãe de RM, a mãe de IS vive apenas com os filhos e com o rendimento mensal da pensão-doença a que estes têm direito, haja vista que dedica seu tempo integralmente ao cuidado do filho. Ambos passaram a receber o medicamento gratuitamente da AMM.

Como RM e IS, outras 14 pessoas recebem o produto mensalmente de forma gratuita, sendo que 12 delas são negras. A associação atende a cerca de 150 pessoas enviando o medicamento via correio, sobretudo para Ceará, Minas Gerais e São Paulo. No estado do Piauí, são cerca de 80 pessoas atendidas e destas 55 são negras.

Eu produzo e distribuo na desobediência civil, troco barato com quem tem pra trocar e doo para quem não tem. Faço o mesmo com o conhecimento que acumulei, ensino a tirar o óleo a quem precisa e quer aprender. Quem pode paga um preço justo porque também preciso de grana pra viver (PARACELSO).

CH (25 anos), um jovem negro da periferia de Teresina que padece de esclerose múltipla, passou um ano se medicando com Fingolimode²⁰, distribuído pelo SUS, mas teve que abandonar pelos efeitos colaterais. Foi então indicado ao Paracelso, que sugeriu que consultasse o mesmo médico neuropediatra²¹ que acompanhou IS e RM, além de aprender a fazer o próprio medicamento.

CH conta:

Eu cultivava com a assessoria de Seu Paracelso na minha casa. Dava supercerto. Aí eu fiquei com medo dos vizinhos porque tinha muita planta... e demorou pra achar a minha dosagem, fui testando CBD, THC... eu me dei melhor foi com a alta concentração de THC, muita flor. Aí eu fiquei com esse medo [de denúncias] e fui deixando e passei a comprar quando sobra dinheiro, mas o Seu Paracelso me ajuda, na maioria das vezes eu não tenho dinheiro, eu ganho dele (CH).

²⁰ Utilizado para tratar esclerose múltipla remitente recorrente [...]. Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/detalhe/1327363?nomeProduto=CloridratoDeFingolimode&periodoPublicacaoInicial=2017-07-02&periodoPublicacaoFinal=2023-07-16>. Acesso em: 16 jul. 2023.

²¹ O neuropediatra Dr. GB acabou por tornar-se próximo à associação, mas atualmente cobra normalmente por suas consultas aos associados.

A produção do medicamento envolve procedimentos simples e possíveis de serem feitos com equipamentos caseiros. Paracelso assumiu para si que o THC se concentrava nas flores, e o CBD, nas folhas e nos talos. Passou a preparar diferentes composições com esse método classificatório segundo o princípio do “efeito comitiva” (uso integral da planta, cuja eficácia terapêutica justifica-se pela ação sinérgica entre todos os componentes químicos da maconha: a totalidade da planta sagrada).

Vemos aqui que o argumento da integralidade/totalidade nesse conhecimento se reproduz na cadeia produtiva do medicamento em várias etapas: desde a sinergia do Daime e da Santa Maria na germinação, depois na sinergia entre os canabinoides segundo o efeito comitiva, e também no não descarte das folhas e dos talos.

Ao fim dessa história toda, eu cheguei nesta receita básica de 100 g de planta para um litro de óleo - 1/2 de milho, 1/2 de coco, e 1/2 de folha, 1/2 de flor, pra fazer o um pra um. Para fazer o concentrado de CBD, eu uso folha de planta jovem, três partes de folha para uma parte de flor de outra planta na flora. Se for concentrado de THC, eu uso o contrário, três partes de flor e uma de folha jovem, nada é desperdiçado (PARACELSO).

Os canabinoides são extraídos em uma panela elétrica simples de arroz ou em uma *mantegueira* (extratora de óleo vegetal elétrica). O controle da temperatura e o tempo de cozimento são importantes porque determinam se haverá alterações nas moléculas dos canabinoides: temperaturas maiores que 90° C e tempos maiores do que 120 minutos descarboxilam²² as moléculas de THC-A e CBD-A, as transformando em THC e CBD. Assim, a ação psicotrópica do THC, por exemplo, só é acionada se a planta for consumida após a descarboxilação mediante altas temperaturas e tempo suficiente de exposição ao calor intenso. Nenhum dos medicamentos distribuídos pela AMM é descarboxilado.

O mesmo substrato passa por duas sessões de cozimento: a primeira, com o material seco e novo, produz a concentração de 3%; a segunda (reaproveitamento) gera a versão de 1,6%.

Paracelso e a AMM mantêm o seguinte portfólio:

1. *Óleo integral CBD 1,6%*: 12 mg/ml CBD-A + 4 mg/ml canabinoides de espectro total (3 de folhas e 1 de flores).
2. *Óleo integral THC 1,6%*: 12 mg/ml THC-A + 4 mg/ml canabinoides de espectro total (1 de folhas e 3 de flores).

²² Descarboxilação é uma reação química na qual um grupo carboxilo é eliminado de um composto na forma de dióxido de carbono (CO₂).

3. *Óleo integral CBD/THC 1,6%: 6 mg/ml THC-A + 6 mg/ml CBD-A + 4 mg/ml canabinoides de espectro total (1 de folhas e 1 de flores).*
4. *Óleo integral THC 3%: 24 mg/ml THC-A + 6 mg/ml de canabinoides de espectro total (1 de folha e 3 de flores).*
5. *Óleo integral CBD 3%: 24 mg/ml CBD-A + 6 mg/ml de canabinoides de espectro total (3 de folhas e 1 de flores).*
6. *Óleo integral CBD/THC 3%: 12 mg/ml CBD-A + 12 mg/ml THC-A + 6 mg/ml de canabinoides de espectro total (1 de folhas e 1 de flores).*

O que se percebe desse processo é a construção de um conhecimento integralizador, uma espécie de “pensamento *bricoleur*” (LÉVI-STRAUSS, 1989) que reúne procedimentos de diversas naturezas (da agronomia, da doutrina Daime e dos experimentos caseiros), pautado em uma visão holista que abrange a relação entre humanos e não humanos, assim como a relação entre humanos de diferentes condições socioeconômicas e suas necessidades específicas.

Góngora (2022) reconheceu esse mesmo processo de produção de conhecimento na Colômbia, marcado pela presença de afetos e sentidos, mais do que por apreensões puramente científicas e objetivas:

O amor pela maconha é resumido por Juan com a palavra “sensação”. Diz ter uma “sensação” quando planta, quando cresce, quando cheira e quando toca as plantas. Isto o permite saber, por exemplo, se uma de suas plantas “têm mais ou menos limoneno” ou se “você pode sentir o miceno” e, de acordo com isso, vai gerando classificações para organizar sua farmacopeia. Juan diz ser capaz de detectar se uma planta de cannabis tem mais THC ou mais CBD devido à predominância de certos compostos orgânicos reconhecíveis através do olfato e do tato. Usando este método, baseado na exploração sensorial e numa revisão sistemática de extensa literatura técnica, Juan começou a cruzar diferentes variedades de cannabis (tanto sativa quanto índica), classificando-as e testando seus efeitos com as redes de pacientes. A sistematização deste conhecimento lhe permitiu construir uma série de sistemas de classificação que correlacionam tipos de cruzamentos, valores canabinóides (que ele lê em colaboração com amigos químicos e botânicos) e doenças específicas. Juan diz que quando você tem o conhecimento necessário sobre a porcentagem de terpenos e canabinóides é factível determinar o tipo de doença que pode ser tratada. Isto porque o terpeno “potencializa a THC e a CBD”. Segundo Juan, uma das premissas mais valiosas da medicina da cannabis é não isolar os componentes ativos da planta a fim de manter a “sinergia”. “É uma questão de calibrar, não de separar”, pois é importante que a planta “tenha todos os canabinóides”, incluindo a THC, “para que possa tratar do diagnóstico de maneira adequada” (GÓNGORA, 2022, p. 282).

Evento científico sobre maconha no Piauí e suas implicações político-morais

Durante o mês de fevereiro de 2024, acompanhei um debate no “grupo de estudos da AMM”²³ sobre a organização de um evento científico para discutir maconha medicinal no Piauí. A necessidade de reunir especialistas em torno do tema foi consensual; o ponto polêmico foi se o evento contemplaria discussões sociais e políticas ou se restringiria às áreas biomédicas.

As posições antagônicas foram as de: 1. Miro (químico/farmacêutico e diretor de uma instituição de apoio à pesquisa), que propôs a organização de um “Congresso Científico”; e 2. Rodrigo (médico da AMM e daimista), que propôs, por sua vez, a organização de um “Fórum Social”. Seguem as mensagens:

MIRO: Vamos organizar o I Congresso de Maconha Medicinal do Piauí, precisamos ter voluntários para dar certo. Vamos lá. Gostaria de dizer que eu sou da Instituição de Fomento à Pesquisa mas não estou no grupo representando a instituição, mas sim por acreditar no tratamento medicinal dessa planta abençoada. Mas como servidor público podem ter certeza que me empenharei ao máximo para que a Instituição possa ajudar em tudo que for possível. Para esse Congresso, infelizmente, a Instituição não pode ajudar muito, só com R\$6 mil, mas já serve para começarmos. Por isso precisaremos de muita dedicação de todos nós.

RODRIGO: Legal seria se ao invés de um Congresso fizéssemos um Fórum. Tipo Fórum Social Mundial, pra fazer um contraponto à ExpoCannabis²⁴. Tem tudo a ver fazer no Piauí.

MIRO: Pq precisa ser um contraponto a ExpoCannabis?

RODRIGO: O mercado quer transformar a maconha num medicamento que precisa ser dosado, avaliado, registrado, rotulado se quiser voar. O interesse do movimento associativo é contrário a isto. Esta força do mercado é o que inviabiliza o uso amplo de Maconha e o acesso mais barato. Fazer um “Congresso” de Maconha significa aceitar que este é um domínio da Biomedicina e dar força a este movimento. A ideia de um “Fórum” representa o mesmo contraponto “Fórum Social Mundial x Reunião do G8, em Davos”.

²³ Grupo de WhatsApp gerenciado por Paracelso, onde estão todas as pessoas que se interessam pelo tema da maconha e que Paracelso entende que possam contribuir de alguma forma para as ações da Associação (AMM), isso abarca membros e não membros da AMM.

²⁴ “A ExpoCannabis Brasil é produzida pela CannExp, uma joint venture formada pelas empresas Smoke Buddies, maior portal dedicado à cannabis da América Latina, desde 2011 no segmento canábico, a Leda, a primeira marca de seda brasileira e de celuloses do mundo, com mais de 17 anos no mercado nacional e internacional, Open Green, a primeira edtech canábica brasileira, Bamol, uma agência especializada em turismo de experiências que já atua há mais de 8 anos, e King Paper e King Blunt, empresas de sedas e blunt. Além disso, a CannExp conta com a experiência e know how internacional da ExpoCannabis Uruguay” (EXPOCANNABIS BRASIL, 2023).

MIRO: Não vejo dessa forma, o uso medicinal só pode ser feito com base científica, uso empírico não traz benefícios até que se tenha resultados favoráveis. O Congresso será realizado para todos que tenham interesse no uso medicinal, pacientes, profissionais da saúde e sociedade.

HAMIRES: E a pergunta é: nós como Associação vamos reforçar essa posição mercadológica? Ou vamos pelo uso medicinal de forma democrática, da farmácia viva, acessível ao maior número de pessoas possível? De que lado será nossa luta? O critério se o uso é medicinal ou não continuará sendo o critério do poder aquisitivo? Ninguém nega a ciência aqui e a contribuição de pesquisas quantitativas, mas só vai valer o composto isolado, patenteado da indústria farmacêutica? Da forma que é hoje, se eu posso arcar com o custo e comprar o medicamento da farmácia é uso medicinal, se a pessoa planta e faz seu remédio em casa, deixa de ser medicinal? Em uma consulta pública que tivemos na OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] aqui onde moro [Ceará] eu ouvi: "... todo uso é medicinal. Toda prisão é política..." e é bem isso mesmo.

MIRO: Não, só vale o material que tem comprovada ação farmacológica.

SERGIO: Mas os índios usam maconha como remédio sem conhecimento "científico".

MIRO: Muito pelo contrário, os indígenas têm o maior acervo de conhecimento científico oral de todos os povos. Conhecimento científico = levantar hipótese, testar, observar, reproduzir.

RODRIGO: Para além da questão político-ideológica que envolve a realização deste encontro, no caso de um Fórum, acredito que, estrategicamente, fazer um contraponto com o evento da ExpoCannabis que acontece em São Paulo traz muito mais visibilidade ao movimento da maconha do Piauí e também de todo movimento que parte das associações e do movimento social. Enquanto realizar um Congresso Estadual de Maconha provavelmente trará apenas relevância local e vai mobilizar os agentes de saúde locais que já estão inseridos no mercado e sobretudo as empresas farmacêuticas ligadas à maconha.

PARACELSO: É pertinente a ideia de um Fórum sobre maconha medicinal. Suas interações com a natureza ou com os humanos nos levaria a abordagens mais complexas do que apenas a biomédica, indo do social ao medicinal chegando ao SUS, pela Farmácia Viva/Associações, e aos dispensários e clubes...

Miro foi o único que se manifestou exclusivamente favorável ao formato "Congresso" com ênfase na Biomedicina e, depois de todas as sugestões sobre a organização do Fórum, ele simplesmente finalizou o debate de forma taxativa: "Para a realização do Congresso temos que montar a equipe executora. Quem tiver interesse pode entrar em contato comigo".

Apesar de Rodrigo ter confundido a reunião dos oito países mais ricos do mundo (G8) e o Fórum Econômico Mundial (FEM), atribuindo a este último a designação

de “Congresso” e não de “Fórum”, a comparação entre um Fórum Social e a ExpoCannabis estabelecida por ele explicita a oposição entre duas formas de sobreposição que envolvem economia, produção de conhecimento e posições político-morais. A ExpoCannabis foca o *business* e reúne empreendedores, cientistas, médicos e especialistas como meio para divulgar marcas, procedimentos e previsões promissoras de negócios. Fortalecer, enfim, o livre-mercado da maconha. Já o Fórum Social da Maconha representa, assim como o Fórum Social Mundial, a reflexão sobre *um outro mundo possível* para a maconha, menos sobre investimentos do que sobre as possibilidades de realização da produção e da distribuição equilibrada e sustentável dos frutos dessa economia. Ao fim e ao cabo, o debate refere-se diretamente ao questionamento sobre que modelo econômico para o medicamento da maconha se almeja implementar: tecnologia e conhecimento científico é importante, mas não deve ter como finalidade última o lucro, em detrimento de estratégias de resolução de questões sociais, econômicas e políticas que envolvem o tema da maconha no país.

Parece-me que o pensamento antropológico já nos informou sobre esse debate. Sahlins (1992) nos falou sobre o uso nativo que algumas comunidades fazem da participação na economia usando a oposição entre “desenvolvimento” (valor principal da cosmologia do capitalismo e do sistema econômico mundial) vs “desenvolvi-gente” (a procriação de riqueza para atingir fins específicos definidos como “bem viver”, não imediatamente atrelados aos acúmulos de capital). Algo parecido ponderou o quilombola e pensador piauiense, Antônio Bispo dos Santos (SANTOS, 2023), através do par de oposição “desenvolvimento” e “envolvimento”. Para o autor, “desenvolvimento” expressa o principal procedimento do pensamento ocidental moderno (o ato de fragmentar, desconectar para conhecer) e seu caráter excludente, imediatamente oposto ao que expressa o conceito de “envolvimento”, referente aos princípios de pensamento e socialidade não ocidentais, não hegemônicos e herdeiros da cultura afroindígena: a confluência entre corpos, espécies e povos, uma visão holística da realidade.

Para Viveiros de Castro:

Talvez os elos fracos do sistema capitalista e, portanto, os lugares de possível subversão do modelo técnico-econômico que está devastando o planeta e devastando bilhões de vidas humanas e não-humanas esteja naqueles “selvagens”, “campeses” e “gentes da província” [...] gente que não é da “sobrevivência” arcaica no sentido de Edward Tylor, mas que talvez seja um exemplo de sobrevivência, de possibilidade de viver num mundo que vai ser forçosamente pior do que o mundo que vivemos hoje (VIVEIROS DE CASTRO, 2017).

Considerações finais

Este artigo buscou entender as peculiaridades do processo de formação de um mercado emergente da maconha medicinal no estado do Piauí e suas implicações político-morais a partir de duas formas distintas de produção de conhecimento especializado. Como pano de fundo do cenário aqui tratado, vimos que subjaz um conhecimento científico que cunhou a malevolência da maconha, e com ela a política proibicionista nacional, atravessada pelo racismo estrutural e pelas mazelas que dele derivam até os dias atuais. Especificamente no campo analisado, vimos que a maioria das pessoas do Piauí que precisam e não têm acesso ao medicamento de maconha comercializado segundo o princípio da economia de mercado é constituída por pessoas negras. Vimos que essa estrutura racista tende a alocar pessoas negras em posições desfavoráveis da cadeia produtiva da maconha: 1. como consumidores/traficantes, portanto criminalizados; e 2. na melhor das hipóteses, como tutelados pelo Estado acessando o medicamento através de judicialização pautada no “uso compassivo”.

Vimos que a concepção moral atribuída à maconha e instituída na forma da lei de 1932 através de argumentos supostamente científicos começa a ser questionada a partir da produção de novos conhecimentos sobre a planta no final do século XX e no início do século XXI, abrindo caminho para o retorno da maconha medicinal ao estado de mercadoria lícita e para um amplo e promissor mercado global. Essa configuração se atualizou no estado do Piauí em formas específicas de produção de conhecimento especializado e em distintas propostas econômicas (produção, distribuição e consumo) implicadas em posicionamentos político-morais específicos. Entre elas, há apenas a convergência relativa à crítica ao proibicionismo.

Os dados analisados revelam que a iniciativa privada associada à maconha no Piauí promove uma espécie de *desenvolvimento tecnocientífico fragmentário*, que concebe as propriedades isoladas da planta em seu nível molecular, mas também dissocia suas ações econômicas das questões sociais, como desigualdade e (não) acesso ao medicamento. Nota-se, contudo, que, ao mesmo tempo que se concebe uma “fragmentação” entre “mercado” e “sociedade”, há o agenciamento de diversas áreas legitimadas da ciência com o intuito explícito de interferir em outros campos sociais, como no “jurídico” e no “político”, o que demonstra uma noção seletiva de totalidade, voltada ao alcance da geração de lucro. Tudo indica a presença de uma concepção

amoral específica da doutrina (neo)liberal que fragmenta seletivamente a realidade de modo a tentar justificar condutas econômicas mercantis em um nicho bastante politizado e moralizado como o da maconha.

De outro lado, temos associações atuando com poucos recursos financeiros e equipamentos caseiros, promovendo uma espécie de *tecnologia de envolvimento holística*, baseada em uma *bricolage* de conhecimentos (experimentos caseiros, misticismo e ciência), privilegiando uma perspectiva integral da realidade, seja no que se refere à relação entre natureza (as plantas da maconha, da chacrona e do jagube) e humanos, seja referente à relação entre humanos de diferentes classes sociais e pertencimentos raciais.

Por fim, creio que as leis recentemente aprovadas no estado (Leis nº 5.916/23 e nº 8.085/23) permitem vislumbrar mudanças que superem a *imoralidade* à qual a maconha e uma grande parcela de seus usuários têm sido relegadas por quase um século. Para tal, seria conveniente refletir sobre a importância de tecnologias de “envolvimento” que ainda não tenham sido capturadas pelo sistema capitalista e por isso possam oferecer resistência a ele e a seus efeitos deletérios.

Creio que as duas propostas para a economia da maconha aqui delineadas possam ser tomadas como tipos ideais dos componentes constituintes da “farmacopeia política” da maconha contemporânea, entendida como contexto no qual se articulam “fronteiras imprecisas entre economia, moral, ciência e política que certos atores sociais produzem e reproduzem constantemente para justificar suas perspectivas sobre o controle dos sistemas de troca [...]” (GÓNGORA, 2017, p. 230). Entendo essas propostas como os principais princípios ativos desta farmacopéia política, ora complementares, ora antagônicos. Este estudo teve a intenção de contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas ao fomento de cadeias de produção da maconha medicinal, de modo a considerar questões mais amplas do que somente a validação farmacológica de tal ou qual componente químico e seus efeitos agregadores de valor de troca. É necessário pensar essas políticas públicas atreladas à cadeia de produção da maconha medicinal de forma holística, sob o risco de fazer das novas leis sobre a maconha medicinal que pululam Brasil afora um novo e eficaz “remédio” ou apenas uma renovada versão do velho “veneno”.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Rio de Janeiro: Pólen Produção Editorial Ltda., 2019.
- APPADURAI, Arjun. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas*. Niterói: EDUFF, 2008. p. 15-88.
- AZIZE, Rogério L.; SILVA, Martinho B. Penalização e politização das drogas no documentário “Illegal: A vida não espera”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS – GT 37: SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DA MORAL, 39., 2015. *Anais [...]*. Caxambu: [s. n.], 2015. p. 1-14.
- BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BRANDÃO, Marcílio D. O “problema público” da maconha no Brasil: anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 703-740, 2014.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 399/2015*. Altera o art. 2º da Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006, para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis sativa em sua formulação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=947642>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência de Vigilância Sanitária. *Resolução da Diretoria Colegiada – RDC no 327, de 9 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre os procedimentos para a concessão da Autorização Sanitária para a fabricação e a importação, bem como estabelece requisitos para a comercialização, prescrição, a dispensação, o monitoramento e a fiscalização de produtos de Cannabis para fins medicinais, e dá outras providências. Brasília: MS, 2019. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2019/rdc0327_09_12_2019.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência de Vigilância Sanitária. *Resolução – RDC no 762, de 24 de novembro de 2022*. Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS no 344, de 12 de maio de 1998. Brasília: MS, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-762-de-24-de-novembro-de-2022-447035694>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- CAETANO, H. Entre eficácia e riscos: controvérsias em torno da Cannabis no Brasil. *Ilha: Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 112-133, 2023.

DOI: 10.5007/2175-8034.2023.e85623. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/85623>. Acesso em: 6 jun. 2023.

CAMPOS, Natália. *O remédio vem de uma planta que eu não posso plantar: mobilização e articulação pelo uso terapêutico da maconha na Paraíba*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

CARLINI, Elisaldo. A história da maconha no Brasil. In: CARLINI, Elisaldo; RODRIGUES, Eliana; GALDURÓZ, José Carlos F. (org.). *Cannabis sativa L. e substâncias canabinóides em medicina*. São Paulo: Cebrid, 2005. p. 4-13.

CFM – CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Resolução CFM no 2.113/2014*. Aprova o uso compassivo do canabidiol para o tratamento de epilepsias da criança e do adolescente refratárias aos tratamentos convencionais. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=278684>. Acesso em: 31 maio 2023.

COELHO, Luís Carlos Honório de Valois. *O direito penal da guerra às drogas*. Belo Horizonte: D'Plácido. 2017.

COSTA JÚNIOR, Achylles Oliveira. *Os discursos socioculturais da internet sobre a legalização da Cannabis*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

DUMONT, Louis. Um estudo comparativo da ideologia moderna e do lugar que nela ocupa o pensamento econômico. In: DUMONT, Louis. *Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru: Edusc, 2000. p. 13-44.

EPSTEIN, Steven. The construction of lay expertise: AIDS activism and the forging of credibility in the reform of clinical trials. *Science, Technology, & Human Values*, [S.I.], v. 20, n. 4, p. 408-437, 1995.

ESTADOS aprovam distribuição de Cannabis medicinal pelo SUS em meio a indefinição federal. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/y289we2h>. Acesso em: 10 dez. 2023.

EXPOCANNABIS BRASIL. 2023. Disponível em: <https://expocannabisbrasil.com/#>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia feita em “casa”. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam S.; PETERS, Roberta (org.). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. p. 205-227.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos*. Curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos). Tradução de Nildo Avelino. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

GÓNGORA, Andrès. Farmacopeia política: uma etnografia do antiproibicionismo e da luta pela liberação da maconha na Colômbia. *Outros Tempos*, São Luís, v. 14, n. 24, p. 228-246, 2017.

GÓNGORA, Andrès. Cannabis medicinal e medidas farmacológicas na Colômbia. Tradução: Ana Carolina Pires Ribeiro e Johana Pardo.. *Campo Minado*, Niterói, v. 2, n. 3, p. 272-291, 2022.

KEANE, Webb; REINHARDT, Bruno; BAUMGARTEN, Lucas. Religião e economia moral. *Ilha: Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 215–240, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/86473>. Acesso em: 20. nov. 2023.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas*. Niterói: EDUFF, 2008. p. 89-124.

LANÇAS, Vinícius Ramos. *Marcha da maconha, transgressão e identidade em um movimento social contemporâneo*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

LATOUR, Bruno. *Reaggregando o social*: uma introdução à teoria do ator-rede. Tradução: Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: Edufba, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989. p 15-50.

LIMA, Carmen Lúcia S.; NASCIMENTO, Raimundo Nonato F. *Gamela, Akroá-Gamella*: etnicidade, conflito, resistência e defesa do território. São Luís: Eduema, 2022.

MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho. *Fumo de Angola*: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade. Salvador: EDUFBA, 2016.

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio Assis. *Rodas de fumo*: o uso da maconha entre camadas médias. Salvador: EDUFBA; UFBA / CETAD, 2000.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 [1925]. p. 183-314.

MARCUS, George. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sit- ed Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, [S. l.] v. 24, p. 95-117, 1995. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.an.24.100195.000523>. Acesso em: 25 nov. 2023.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. *Horizontes antropológicos* [S. l.], vol.10, n.21, p. 41-65, 2004.

NELVO, Romário Vieira. Das dores que vazam. Cotidiano, família e o trabalho do tempo no ativismo da maconha medicinal. *Mundaú*, Maceió, n. 6, p. 37-59, 2019.

OLIVEIRA, Fabiana Santos Rodrigues de. *Maconheirinhos*: cuidado, solidariedade, e ativismo de pacientes e seus familiares, em torno do óleo de maconha rico em canabidiol (CBD). 2016. 205 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

OLIVEIRA, Monique. A regulamentação do canabidiol no Brasil: como nasce a expertise leiga. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 190-204, maio 2017.

PIAUÍ (Estado). *Lei no 8.085, de 21 de junho de 2023*. Dispõe sobre o incentivo à pesquisa científica com Cannabis spp. para uso medicinal no estado do Piauí e sobre a Política Estadual de

uso da cannabis para fins medicinais e distribuição gratuita de medicamentos prescritos a base da planta inteira ou isolada, que contenha em sua fórmula as substâncias Canabidiol (CBD) e/ou Tetrahidrocannabinol (THC), nas unidades de saúde pública estaduais e privadas conveniadas ao Sistema Único de Saúde – SUS – no âmbito do estado do Piauí. Teresina: Governo do Estado, 2023. Disponível em: https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/5692/lei_no_8085.pdf. Acesso em: 11 jul. 2023.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLICARPO, Frederico. Compaixão canábica: as dimensões simbólicas e políticas no manejo da dor e do sofrimento no Brasil. *Ingesta*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-52, 2019.

POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos; FIGUEIREDO, Emílio. A “fumaça do bom direito”: demandas pelo acesso legal à maconha na cidade do Rio de Janeiro. *Revista da Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-37, set. 2017.

ROCHA, Jéssica. De maconha à Santa Maria: apontamentos para uma cartografia de um processo de subjetivação acerca do uso religioso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas (1970-2010). *Diversidade religiosa*, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 183-209, 2016.

RODRIGUES, Ana Paula L. da S.; LOPES, Ivonete; MOURÃO, Victor L. A. “Eficácia, segurança e qualidade”: parâmetros discursivos nas audiências públicas da Anvisa

sobre regulamentação e pesquisas com cannabis para fins medicinais. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 134-147, 2020.

SAAD, Luiza. *Fumo de negro: o proibicionismo no pós-abolição no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2018.

SAAD, Luiza. "A maconha nos cultos afro-brasileiros". In: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho. *Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade*. Salvador: EDUFBA, p. 389-416, 2016.

SAHLINS, Marshall. Cosmologias do capitalismo: o setor transpacífico do sistema mundial. *Religião e sociedade*, [S. l.] v. 16, n. 1-2, 1992. Disponível em: <https://religiaoessociedade.org.br/revistas/v-16-no-01-02>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023.

TERESINA (Município). *Lei no 5.916, de 2023*. Dispõe sobre a autorização da utilização da “cannabis” para fins medicinais e a disponibilização de medicamentos prescritos que contenham em sua fórmula, as substâncias canabidiol e/ou tetrahidrocabidiol em unidades de saúde da rede pública do município de Teresina, e dá outras providências. Teresina: Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: <http://200.23.153.37/acervodigital/norma/lei-5916-2023>. Acesso em: 11 jul. 2023.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150-202.

THOMPSON, E. P. "A economia moral revisistada". In THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 203-266, 1998.

VELHO, Gilberto. *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

VERÍSSIMO, Marcos. *Maconheiros, Fumons e Growers: um estudo comparativo do consumo e de cultivo caseiro de canabis no Rio de Janeiro e Buenos Aires*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O modelo e o exemplo: dois modos de mudar o mundo. In: CICLO UFMG, 90: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS – 90 anos da UFMG: 1927-2017, Belo Horizonte. [Trabalhos apresentados]. Belo Horizonte: UFMG, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_PfE54pj1wU. 2017. Acesso em: 20 fev. 2024.